

ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 16-8-2017.

Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quarenta minutos, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Roberto Robaina e Sofia Cavedon. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos e iniciada a ORDEM DO DIA. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Dr. Thiago, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 146/17 (Processo nº 2103/17). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Resolução nº 035/17 (Processo nº 1783/17). Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 145/17 (Processo nº 2097/17), por trinta votos SIM, após ser encaminhado à votação por André Carús, Fernanda Melchionna, Cláudio Janta, Prof. Alex Fraga, Mauro Zacher, Sofia Cavedon, Rodrigo Maroni, Felipe Camozzato, Airto Ferronato, Luciano Marcantônio, Professor Wambert, Cassiá Carpes, Mauro Pinheiro e Dr. Thiago, em votação nominal solicitada por Cassiá Carpes, Cláudio Janta e Prof. Alex Fraga, tendo votado Adeli Sell, Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Marcantônio, Matheus Ayres, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. Após, foi apregoado o Projeto de Resolução nº 033/17 (Processo nº 1765/17), de autoria de Aldacir Oliboni. Às quinze horas e cinquenta e cinco minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Valter Nagelstein e secretariados por Mauro Pinheiro. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 14h40min): Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 146/17 – (Proc. nº 2103/17 – Ver. Paulo Brum) – requer seja o período de Comunicações do dia 21 de agosto destinado a “homenagear as pessoas com deficiência pela passagem da Semana Municipal da Pessoa com Deficiência a ser comemorada de 21 a 28 de agosto”.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 146/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 1783/17 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 035/17, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao segundo-sargento Eriston Mateus de Moura Santos e ao 9º Batalhão de Polícia Militar.

Parecer:

- da **CCJ**. Relator Ver. Luciano Marcantônio: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto.

Observação:

- incluído na Ordem do Dia em 16-08-17 por força do Art. 81 da LOM.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em discussão o PR nº 035/17. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 145/17 – (Proc. nº 2097/17 – Ver. André Carús) – requer a constituição da Frente Parlamentar em Defesa do Meio Passe.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento nº 145/17. (Pausa.) O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 145/17.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; estudantes secundaristas e universitários que prestigiam a sessão plenária nesta tarde, quando estamos apreciando o pedido de criação da Frente Parlamentar em Defesa do Meio Passe, foram protocolados aqui nesta Casa há alguns dias diversos projetos de autoria do Poder Executivo que alteram as regras existentes de gratuidade e isenções no transporte público em Porto Alegre. Desde que houve esse protocolo, uma série de debates ocorreu pelos meios de comunicação e aqui mesmo no plenário. Aí, acolhendo uma sugestão que partiu da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas – UGES e da União Metropolitana dos Estudantes Secundários de Porto Alegre – UMESPA e outras tantas representações que estiveram conosco aqui no protocolo deste requerimento que hoje está sendo votado da Frente, nós estamos dispostos a aprofundar a discussão com a sociedade e com os mais de 120 mil estudantes que hoje são beneficiários do meio passe estudantil em Porto Alegre, que existe há 62 anos, um direito conquistado de acesso à educação e oportunidades para a juventude da nossa Cidade. (Palmas.)

É preciso reconhecer que o Ver. Cláudio Janta, Líder do Governo, assim como o Presidente da Câmara, o colega Ver. Cassio Trogildo, no âmbito da Liderança do Governo se encaminhou a suspensão provisória da tramitação desses projetos sobre as gratuidades e isenções do transporte. E por iniciativa da Mesa Diretora, vamos votar em breve a criação de uma Comissão Especial para fazer a análise e o debate sobre todos os projetos.

Já quero aqui antecipar que a nossa Frente está aberta a todos os colegas Vereadores de diferentes partidos, sejam eles independentes ou os que estão na base do Governo, porque nós não vamos limitar a atuação e os trabalhos da Frente à estrutura interna da Câmara Municipal; nós queremos ir até as escolas, queremos ouvir os grêmios estudantis, as direções das escolas, os conselhos de pais e mestres, os diretórios acadêmicos, os DCEs. Porque essa é uma luta de preservação de meio passe que não pertence a um partido, não pertence a uma corrente ideológica; é uma conquista histórica de Porto Alegre e nós não podemos cercear o acesso de todos os estudantes à educação.

Peço o apoio de todos os colegas Vereadores e Vereadoras na aprovação desse processo. Tenho certeza de que todos aqueles que entendem que é preciso, nos dias de hoje - de crise política, de crise ética, de crise econômica no Brasil - temos, como homens públicos, o dever de disputar essa juventude com a criminalidade, como desemprego, com a falta de oportunidades. E só há uma porta de acesso para garantir qualificação e oportunidades para os jovens que é a educação. Sem o meio passe, com o fim da gratuidade na segunda passagem e outras tantas dificuldades que vêm sendo impostas pelo Governo Municipal, aqueles que mais precisam vão voltar ao andar de baixo, não vão ter oportunidade de crescer na vida e vão penalizar as suas famílias, que já não aguentam pagar o aumento da gasolina, do gás de cozinha e da inflação, que veladamente aumenta os preços nos supermercados e do custo de vida do cidadão não só de Porto Alegre, mas de todo o Brasil.

Tenho certeza de que essa Frente Parlamentar, acima de tudo, não será uma frente composta só por Vereadores, será uma frente de luta da sociedade. E vamos fazer, a partir da luta dos estudantes que querem ver a continuidade do meio passe, também a luta daqueles portadores de deficiência que não querem ver restritas as suas viagens no transporte público. Também é a luta de todos os usuários do transporte coletivo em Porto Alegre que não querem ver o serviço precarizado, aumentando o tempo de vida útil de circulação dos ônibus de 12 para 13 anos. Esta Frente vem em boa hora, e nós vamos, sim, dentro da sua pluralidade e no aspecto mais importante deste debate, que é a democracia, construir soluções, colaborar com o Poder Executivo, com a Comissão Especial...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. ANDRÉ CARÚS: ...colaborar com o Poder Executivo, com a Comissão Especial que irá ser constituída nesta Casa, para que nós possamos, sim, não cometer injustiças e fazer com que a política cumpra a sua finalidade fundamental que é garantir o acesso e o direito ao estudo aos jovens que representam o presente e o futuro da nossa Cidade, do Rio Grande e do Brasil.! Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 145/17, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde a esta juventude maravilhosa, eu quero saudar os grêmios estudantis, as entidades, a UMESPA, a UGES, os jovens que ocupam a Câmara de Vereadores de Porto Alegre para defender aquilo que é básico, o meio passe. Cumprimento o Ver. André Carús pela iniciativa da Frente, obviamente a oposição inteira votará a favor, Ver. André Carús, da constituição dessa Frente Parlamentar que já tem clareza do desafio, que é a manutenção do meio passe para os estudantes. Mas a melhor demonstração da força que vocês têm vocês deram no dia 11 de agosto, com mais de cinco mil jovens nas ruas de Porto Alegre, num dia de estudante histórico, mostrando que a aula é nas ruas e que quem está dando aula é a juventude de Porto Alegre para um Prefeito reacionário, inimigo da educação. (Palmas.) O que nós estamos vendo, neste momento, em Porto Alegre, é que o Prefeito é um Hobin Hood, mas é um Hobin Hood às avessas, tira dos pobres para dar para os ricos, tira dos estudantes um direito de seis décadas; tira dos aposentados de baixa renda o passe livre; limita, no pacote, aos portadores com deficiência, o número de viagens. Extingue a profissão valorosa e digna dos cobradores, companheiro Roberto Robaina, que estava lá, no ato, na sexta-feira, e que tem um trabalho fortíssimo junto com a luta

dos estudantes e junto com os rodoviários da Cidade. Retirou a segunda passagem gratuita, que é o mecanismo para que o povo mais pobre possa pegar um ônibus e depois pegar o segundo e não ser sobretaxado na tarifa. Tudo isso para o quê? Para aumentar o lucro de meia dúzia de barões do transporte coletivo, que é uma verdadeira máfia no município de Porto Alegre. E a máfia tem de ser denominada como ela é: uma máfia que controla o transporte coletivo há décadas e que lucra de maneira ilegal e indevida sobre a população pobre da nossa Cidade. Na única auditoria que foi feita, lá em 2013, ficou comprovado que esses empresários ganhavam 25 centavos a mais, apenas mentindo que os ônibus que estavam nas garagens estavam rodando. Mas naquele ano, nós todos demos uma demonstração de que, quando a luta da juventude está unificada com a dos trabalhadores, quando a juventude ocupa as ruas, denunciando essa bandalheira e quando tem uma superestrutura capaz de transformar essa luta em conquistas, é possível ganhar. Em 2013, Porto Alegre reduziu, pela primeira vez na história, a tarifa de ônibus, numa combinação de mobilizações, com milhares de jovens e uma ação jurídico-política da bancada do PSOL, que garantiu que, naquele ano, a tarifa não subisse. E não ficou só em Porto Alegre. Isso inspirou São Paulo, e, quando entrou em São Paulo, a juventude do Brasil inteiro levantou nas conhecidas jornadas de junho, conhecidas no Brasil e no mundo como um levante juvenil, que não foi só por 20 centavos. Foi por 20 centavos, foi pelo transporte, foi pelo passe livre, por que nós não queremos só o meio passe, nós queremos, um dia, conquistar o passe livre, para que os estudantes tenham direito de ir e vir e não só para estudar, mas também para as atividades de lazer. Nenhum estudante deixa de ser estudante no domingo, quando vai jogar bola, quando vai encontra-se com as amigas, quando vai jogar vôlei ou quando vai participar de uma atividade de lazer e de cultura. (Palmas). Até isso o Prefeito reacionário quer limitar. Mas as Jornadas de Junho entraram para a história como a juventude se enxergando como sujeito da própria história. Isso foi fundamental no Brasil. Porto Alegre foi pioneira, mas é preciso reascender as esperanças, reacender esse pioneirismo, que vimos em junho de 2013, agora, em agosto de 2017, para derrotar o pacote do Marchezan, para derrotar o pacote que ataca os municipais, porque atacar os servidores públicos também é atacar os estudantes; para derrotar a tentativa de tarifação contra o povo pobre e as classes médias, e para isso precisamos dessa ampla unidade, e mais do que isso, mostrar que a juventude não é o passado, que a juventude é o presente, e se o Prefeito não aprendeu a respeitar a juventude, vai respeitar na marra, com milhares de jovens nas ruas, para derrotar o pacote, para derrotar o prefeito reacionário, para derrotar os ataques e para garantir direitos históricos. Parabéns a vocês, contem com a Bancada de oposição aqui na Câmara e nas ruas de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Valter Nagelstein assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado. Agradeço a presença de todos os jovens, estudantes, secundaristas que dão um exemplo de cidadania. Bem-vindos à Casa, que é de vocês.

O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 145/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, membros desta Casa, estudantes que aqui se encontram hoje e que na sexta-feira ocuparam as ruas de Porto Alegre pacificamente para garantir seus direitos. Quero dizer que esta Casa irá, de todas as formas lutar para garantir os direitos de vocês, conquistados, e vários membros desta Casa participaram dessa conquista. Nós temos que discutir a questão das isenções. Há dois anos já levantei essa questão aqui nesta Casa, conversei com os dirigentes da UGES, da UMESPA, dos grêmios estudantis e entidades de estudantes. Agora, não da forma que foi feito, não se tira direito, não se tira direito de ninguém. Direito se amplia, principalmente, das pessoas de baixa renda se amplia, principalmente, a necessidade das pessoas de baixa renda, de um dia poder chegar aqui neste púlpito, de um dia poder chegar a uma faculdade, de um dia poder se formar, isso se amplia. Só não sabe a necessidade de usar o transporte no fim de semana, quem nunca teve que trabalhar o dia inteiro e estudar à noite e precisar fazer seus temas, precisar fazer seus trabalhos no fim de semana. Só não sabe a necessidade que teve de usar o transporte no fim de semana, quem nunca precisou usar este transporte no fim de semana para estudar na véspera de uma prova, para estudar na véspera de tentar passar de ano para alcançar seus objetivos. Nós criamos nesta Casa, e será votado em breve, acredito que na segunda-feira que vem, ou se hoje ainda der tempo, uma comissão especial que vai discutir todo o sistema de transporte em Porto Alegre. Além disso, nós suspendemos por 120 dias a discussão desses temas de tramitação aqui dentro da Casa. E agora nós questionamos: querem tirar direito das pessoas com deficiências. Pessoas com deficiências hoje têm um x de passagens e querem diminuir para quatro. Não sabem o que é uma pessoa, um cadeirante, uma pessoa que usa muleta ir até um posto da EPTC para comprovar que necessita de mais passagens. A questão da fraude, 20% do sistema de transporte hoje é comprometido pela fraude, somente aí já dá para resolver um pouco da defasagem da passagem, se resolver a questão da fraude. Hoje, qualquer um de nós paga para mandar uma carta pelo Correio, porque o Correio é isento, porque não é dado um cartão TRI para os carteiros e depois cobrado do Correio; porque os oficiais de Justiça são isentos, não é dado um cartão TRI e depois cobrado do fundo de Justiça; porque os trabalhadores de sistema de transporte dia e noite dentro de Porto Alegre sem ter um cartão TRI, como todo trabalhador tem, somente usando essas passagens para seu ir e vir para o seu trabalho. E o pior de tudo, é o tirar a segunda passagem, botando no bolso das empresas de ônibus 22 centavos. Porque a passagem não vai baixar agora quando começar a vigorar o decreto. Espero que o Prefeito de Porto Alegre baixe a passagem em 22 centavos, assim que começar a vigorar esse decreto. Espero que o Prefeito, além de baixar essa passagem 22 centavos, permita que os desempregados possam continuar

procurando emprego, porque tem 192 mil desempregados; e espero que mais de 50 mil empregados, conforme os dados da EPTC, acredito que seja muito mais, continuem nos seus empregos, porque irão perder seus empregos se for tirada a segunda passagem por decreto. Então, eu quero dizer que este Vereador, assim como vários membros desta Casa, tem lado, e o nosso lado é o do povo de Porto Alegre. Nós não vamos aceitar nenhum direito a menos, nós não vamos aceitar que direitos da população, para estudar, para melhorar a sua qualidade de vida, direito das pessoas que estudam em escola pública, das pessoas que vão trabalhar e levar o sustento da sua família, que pegam dois ônibus na cidade de Porto Alegre, que fazem a transversalidade no sistema de transporte em Porto Alegre, sejam punidos. Então, podem contar conosco, nós não vamos admitir, em hipótese nenhuma, que os direitos das pessoas sejam tirados. Vamos rever as isenções, mas as isenções que oneram o sistema de transporte de Porto Alegre, não as isenções sociais na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 145/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores, Vereador e Vereadoras desta Casa Legislativa, estudantes que aqui se encontram, público que nos assiste pela TVCâmara, eu venho fazer um encaminhamento em nome do meu partido, PSOL, portanto em nome do Ver. Roberto Robaina e da Ver.^a Fernanda Melchionna, mais no sentido de reforçar o que disse anteriormente a própria Fernanda Melchionna, que falou em tempo de oposição, e o autor do Requerimento para a constituição da Frente Parlamentar, o Ver. André Carús. Porém, existem alguns aspectos que precisam ter uma nova luz lançada. Uma delas, é a questão das mentiras sistemáticas levantadas pelo Prefeito Néelson Marchezan Júnior e que não são contestadas. Uma delas: eu sou professor, se eu requerer a carteira para o meio passe, eu preciso comprovar para a EPTC que eu não recebo vale-transporte apresentando os meus contracheques. Ou seja, qualquer professor pode requerer o meio passe desde que não receba vale-transporte. E o Prefeito, sistematicamente, usa os veículos de comunicação para mentir de forma deslavada e assim ter algum argumento que faça com que a população fique ao lado dele, ao lado da mentira, ao lado do mau-caratismo, ao lado da senvergonhice. Porque um indivíduo que usa de mentiras para obter apoio, não merece consideração. Ele vem sistematicamente afirmando de forma categórica que os professores ganham vale-transporte, usam meio passe e por isso dão prejuízo ao sistema de transporte. Precisamos dessa Frente Parlamentar e de outras iniciativas, justamente para esclarecer o que acontece no Município de Porto Alegre.

Senhoras e senhores, na sexta-feira passada – e eu gostaria de usar este momento também para parabenizar todos vocês estudantes desta Cidade que foram às ruas, levantaram as suas vozes e começaram a fazer esse enfrentamento poderoso em

relação a esse tipo de atitude antidemocrática do Prefeito –, eu pedi uma reunião com o meu Sindicato dos Professores. Eis que nós precisamos arregimentar cada vez mais apoio entre os diversos setores da sociedade, porque, de certa forma, a economia, entre aspas, que o Prefeito se propõe a fazer, como o próprio Cláudio Janta afirmou nesta tribuna, não está necessariamente garantida numa tarifa menor, reduzida. Esse dinheiro que será, entre aspas novamente, economizado no sistema de transporte público tem um destinatário: o bolso dos integrantes da ATP, da Associação dos Transportadores de Passageiros no Município de Porto Alegre. Isso vai aumentar os lucros dos empresários do transporte desta Cidade, lucro esse que é colocado dentro das planilhas tarifárias, todo ano. É lucro garantido, é lucro pré-especificado, e isso é obsceno, isso é imoral, mas, ainda assim, está incluído nas planilhas tarifárias. Nós pagamos esse lucro pré-definido! E esse dinheiro que vai sobrar, esse dinheiro dos cortes, esse dinheiro que vai onerar o bolso do porto-alegrense, esse dinheiro que vai sair com a restrição de passagens por pessoas que precisam do transporte público para se deslocar para um posto de saúde... As pessoas portadoras de doenças graves, os cadeirantes, os deficientes de todas as ordens terão restrito número de passagens gratuitas. Isso é desumano!

Esta é a Prefeitura que temos, infelizmente. O problema é que, ao invés de governar para a população, o Prefeito está dando as caras e mostrando para quem ele está governando. Nunca foi sua intenção, pelo que nos parece, governar para os estudantes, governar para os professores. Eis que eu tenho que ouvir que alguns professores da Cidade ganham muito bem. Olhem o perfil da categoria, analisem esse segmento da sociedade, esse segmento profissional, que ajuda, que contribui para a formação das futuras gerações; olhem o que está acontecendo com os colegas professores estaduais. Tirar o meio passe dessas pessoas, que já passam muita necessidade, inviabiliza inclusive o seu trabalho, a sua atividade laboral, a sua dignidade como ser humano. É isto o que o Prefeito propõe: acabar com a Cidade, acabar com os trabalhadores, acabar com aqueles que precisam se deslocar.

Vocês, estudantes, estão numa Cidade que tem os maiores índices de evasão escolar, e eu creio que vocês estejam cientes disso. A retirada do meio passe vai piorar esse quadro, vai aumentar a evasão, e ninguém quer isso – pelo visto, somente o Prefeito Nelson Marchezan Júnior e os donos das empresas de ônibus querem. Um grande abraço. Vamos à luta!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Ver. Prof. Alex Fraga. O Ver. Mauro Zacher para encaminhar a votação do Requerimento nº 145/17.

O SR. MAURO ZACHER: Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores. Ver. André Carús, vejo que nosso partido irá acompanhar, não só aqui a votação pela aprovação da frente, mas é evidente também que nós queremos de

alguma maneira colaborar nessa agenda tão importante que temos pela frente. O que me faz subir à tribuna não é apenas aqui defender a criação de uma frente parlamentar importante para uma pauta que mexe com a vida de tantas pessoas, mas a responsabilidade que todos nós temos quando a gente enxerga essa juventude que está aqui hoje, num momento tão difícil do nosso País, num cenário de tanto desencanto de tanto ceticismo, a gente encontrar uma UGES e uma UMESPA tão mobilizada através das suas entidades diante dessa causa, dessa bandeira nobre que é a garantia do meio passe aos nossos estudantes. Eu quero dizer que isso nos enche de energia e, ao mesmo tempo, de muita responsabilidade porque se vivemos esse momento de tanto ceticismo é porque aqueles que se elegem, que assumem cargos eleitos pelo povo sabem o que fazem quando assumem os seus mandatos e esquecem daquilo que falaram e se comprometeram durante a campanha. Quando estávamos em campanha, vocês viam os candidatos pela TV reafirmando algumas coisas que nós tínhamos tranquilidade de que não iriam acontecer independentemente do resultado. E eu vou lembrar alguns, principalmente da gratuidade da segunda passagem de ônibus, esse talvez seja o primeiro objetivo deste Governo que, através de um decreto, acaba com essa gratuidade, fazendo com que baixasse o valor da passagem, meu colega Ver. Márcio Bins Eli?! Não! Que o fim da gratuidade garantisse que os empresários de ônibus fossem contemplados por aquilo que mais reivindicavam para o Prefeito. É essa a conotação. E mais. Esse projeto que mexe nas isenções, com o direito de estudante, de deficientes, de idosos, de professores, sem a menor discussão com aqueles interessados. Quero dizer para vocês que iniciei a gostar da política ainda na idade de vocês, a primeira vez que fui para a rua foi no *impeachment* do Collor, e não me arrependo até hoje, porque, desde lá, permaneci na política e na vida pública. Vamos à luta, não vamos deixar que a vontade do Prefeito e deste Governo, que está aí a serviço daquele que explora o transporte público, faça com que nós tiremos esse direito, que é uma luta de muitos e muitos que estão aí hoje com vocês. Vocês podem contar comigo, tenho certeza de que podem contar com a bancada do PDT, porque estamos aqui para defender os interesses do povo e dos nossos estudantes. Essa é a nossa principal bandeira. Precisamos dessa juventude da rua, precisamos da UGES, da UMESPA, dos centros acadêmicos, dos diretórios acadêmicos, para que possamos enfrentar esses vários desmanches que o Governo Marchezan tem feito na cidade. Não são apenas as isenções dos ônibus, é o aumento de imposto, são as multas da EPTC que estão aí, em mais de seis meses, já multaram mais que em um ano do Governo Fortunati. Enfim, é política fiscal em cima que o povo venha a pagar essa conta. Nós queremos a discussão, nós queremos o bom debate para que possamos fazer frente a crise que está aí, é verdade, mas que não faça que o povo, que os estudantes, que os professores, que os idosos paguem essa conta. Vamos à luta! Tenho certeza de que essa juventude estará presente diante de todos esses desmanches que o Governo Marchezan que fazer...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 145/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estudantes do ensino médio, do ensino superior, entidades estudantis, eu falo em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Câmara – eu sou a Ver.^a Sofia; Ver. Oliboni, Ver. Adeli e Ver. Marcelo Sgarbossa. A fala de vocês é uma fala muito pertinente e muito correta. Primeiro, o direito de ir à escola compõe o direito à educação. Chegar na escola está dentro do direito à educação que todos vocês têm, que cada jovem, cada criança tem neste País, previsto na Constituição brasileira, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Não pode haver nenhum empecilho para que esse direito seja acessado. Uma das últimas conquistas da educação foi de que a educação é direito e é obrigatória dos 4 aos 17 anos. Vocês estavam, nesse momento, dizendo que tirar o meio passe é aumentar a evasão. A evasão escolar é crime, principalmente quando estimulada pela falta de escola pública de qualidade e de garantia de transporte público para ir e vir da escola. Mas não é só para ir e vir da escola, é para poder ir no grupo de trabalho, para poder ir no contraturno, para poder estar nos espaços de cultura da Cidade, para acessar os bens culturais, que é parte da formação e é direito dos nossos estudantes.

Então, o nosso grito não é só “o meio passe é nosso direito”. O passe livre é direito dos estudantes na cidade de Porto Alegre. Este Prefeito já mostrou a que veio: não para ampliar direitos, mas para reduzir direitos. Na primeira reunião que ele fez com as Lideranças desta Casa, na primeira reunião, ele anunciou que precisava prorrogar a isenção de ISSQN para as empresas de ônibus da cidade de Porto Alegre. Na primeira reunião, quando falava das propostas que traria para a Câmara de Vereadores. Ele fez o projeto de lei da prorrogação da isenção, em que nós condicionamos, e quero informar vocês: nós condicionamos, numa emenda construída e votada nesta Casa, que essa isenção só aconteceria se o Município retomasse o controle dos recursos do sistema, porque a conta dos recursos do sistema de transporte é gerenciada pela ATP – Associação dos Transportadores de Passageiros de Porto Alegre –, por empresas de ônibus privadas. Todo dinheiro do sistema, o dinheiro suado que a família de vocês põe no meio passe, entra para uma conta privada. O controle do dinheiro, do lucro, do passe que perdeu, do TRI que não usou, do investimento que foi feito no sistema financeiro, isso está na mão privada, e nós aprovamos que aquela prorrogação tinha que trazer de volta para a conta pública esse dinheiro todo, que são muitos milhões, e também o controle da bilhetagem eletrônica, o controle dos números do sistema. Porque é mentira que o principal problema são as isenções do transporte público. O primeiro problema do transporte público é que não é eficiente, não é bom, não é de qualidade, e isso faz com que diminua o número de passageiros; e o segundo, é que o lucro da empresa não tem controle. Por mais que as bancadas aqui de oposição tenham lutado, auditorias do Tribunal de Contas, ainda a informação no sistema para compor a planilha é feita, é dada pelas empresas privadas desta Cidade. A Carris, que é uma empresa pública, é a empresa que tem que monitorar o sistema, tem que monitorar

o preço, tem que ser ótima, tem que ser vanguarda, aumentar a tecnologia e a qualidade, mas essa empresa está quebrada pelos governos que passaram e por este Governo, que há seis meses investe para vender a Carris, essa empresa pública de ônibus, que deveria ser...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: ...O Governo Marchezan tem um único sentido: entregar o máximo de serviço público para a iniciativa privada, já disse claramente e fez uma Secretaria para isso. Isso não é uma invenção da oposição, tanto que quer transformar os direitos em mercadoria, até para a água que nós bebemos – e o DMAE é superavitário – quer fazer uma PPP, quer privatizar. Portanto, ataca o direito dos estudantes, porque para Marchezan educação não é prioridade e não é direito, é uma mercadoria que nós vamos ter que comprar numa capacidade que não sei aonde o povo vai buscar para pagar pela educação, porque pagar mais para ir para a escola é pagar por um direito. E isso nós não vamos aceitar. Fora Marchezan, com sua voracidade privatizadora! E toda força à luta dos estudantes.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 145/17.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, colegas aqui da Câmara; e fundamentalmente queria fazer uma saudação muito especial a todos os estudantes que estão aqui representando a UMESPA – eu falei com o presidente da UMESPA, acho que na segunda-feira, junto com outro menino entregando o documento. Vocês têm o meu apoio incondicional com relação à questão do meio passe; têm meu apoio incondicional, mais ainda, para discutir as questões estudantis.

Eu, para quem não sabe, sou oriundo do movimento estudantil. Fui presidente do DCE, fui diretor da UNE aqui no Rio Grande do Sul, participei do diretório acadêmico, e a minha construção, até os 24, 25 anos foi através da universidade, no movimento estudantil, onde comecei. E uma das coisas que eu acho hoje fundamental para nós e os estudantes é tentar entender a complexidade que nós estamos vivendo no Brasil hoje, uma complexidade fruto de muitos governos, não só de um Prefeito ou de outro, de um partido ou outro, mas nós chegamos onde há uma ausência em todos os aspectos da política pública. E na época em que eu era do movimento estudantil, eu tinha um costume de fazer uma luta, Presidente, simples e puramente entendendo a partir do que eu precisava. Eu acho que a necessidade da luta dos estudantes da minha época, quando eu lutava pela mensalidade, por universidades

públicas continua em pauta, mas lamentavelmente temos que discutir um Brasil no todo. Hoje estamos em uma crise financeira absoluta, não só no Município de Porto Alegre. Para vocês terem uma ideia, os ônibus com meio passe, só tem em dois ou três Municípios como se tem em Porto Alegre, inclusive isenção para os idosos. Uma das coisas que tem que se discutir fundamentalmente para entender essa questão é que de cada três pessoas que andam de ônibus, duas pagam pela terceira pessoa, ou seja, a cada três pessoas, duas pagam para uma andar! A passagem, mesmo a dos nossos pais, dos desempregados, pergunto: hoje, tem-se 20 anos, daqui a 10 anos, terá 30, será um trabalhador, Felipe. E esse desempregado paga passagem, muito por conta do que superdimensionou a máquina pública. Eu não estou aqui para defender o Estado mínimo, apesar de querer fazer a discussão de que, sim, tem que ter serviço de qualidade; para isso, está provado que o modelo que está aí não dá. Esse modelo econômico, secretarias, ministérios, todo mundo questiona, quem é que não sabe que tem milhares de CCs no Governo Federal, assim como tinha no Governo Dilma, Mauro, tem no Governo Temer, tem em todos os Governos, assim como tinha no Governo FHC. Assim como aqui tinha um monte de secretarias. Aí, eu digo o seguinte: isso não tem jeito, para a máquina pública. Tudo hoje é público e a tudo se tem direito. Nós temos que fazer uma discussão aprofundada para ver como é que vamos chegar daqui a 50 anos, com que Brasil vamos chegar, Ver. Felipe Camozzato, meu colega? A que Brasil vamos chegar? Eu quero dizer mais uma vez que estou aberto, vou apoiar os estudantes por ter vindo do movimento estudantil e por entender a luta dos estudantes, vou estar na Frente Parlamentar, colaborando com o André, e, por fim, quero anunciar aqui, de forma muito alegre... Eu acho que todos têm que se politizar, é fundamental, independente de estar num partido ou outro, os jovens podem mudar a realidade e têm que participar da política de alguma forma, para, no futuro, isso aqui ser tomado por jovens. Pessoa que estão do lado de lá, no futuro, estarem aqui. Eu oficialmente, Ver. Valter, estou saindo do Partido da República, o PR, fui liberado hoje pela carta de anuência; com muita alegria estou me retirando, já que tive muita divergência com a política tradicional, com a política mais hierárquica da qual não quero mais participar. Muito obrigado, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 145/17.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde aos colegas, boa tarde ao público presente, é muito bom, salutar esta iniciativa do Ver. André Carús de formarmos a frente em defesa do meio passe. Acho que tanto o meio passe quanto as isenções precisam ser debatidas em Porto Alegre, por isso, é importante que tenhamos os meios para tanto. Gosto de refletir, hoje, sobre a revisão que temos que fazer das isenções e gratificações que são dadas àqueles que têm condições, muitas vezes, de custear a passagem e que acabam penalizando pessoas que não têm essas condições. Eu

lembro que muitos desempregados e pessoas que estão procurando emprego não dispõem de nenhum benefício e precisam pagar na integralidade a passagem, enquanto há muitos jovens que têm condições, pois são de famílias com dinheiro, e que não precisariam de meia passagem e acabam fazendo uso desse benefício.

Então é importante ter um fórum como esse para que possamos debater, de forma ampla, todos os assuntos que versam sobre isenções, sobre benefícios para que a gente possa, como bem destacaram outros Vereadores aqui na Casa, retirar aquelas isenções que não beneficiam a população de Porto Alegre e permanecer com aquelas políticas públicas que beneficiam a educação, o transporte e todas as áreas essenciais do nosso Município. Parabéns pela mobilização, é muito importante o debate. Sou, portanto, favorável à constituição da frente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 145/17.

O SR. AIRTO FERRONATO: Meu caro Presidente, Valter Nagelstein; Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, nossos telespectadores e ouvintes, quero trazer aqui a nossa saudação e abraço todo especial aos jovens estudantes que estão conosco nesta tarde para discutir esse importante tema não só para os jovens, mas para a Cidade de Porto Alegre, assim como para o futuro das nossas gerações que é buscar alternativas que facilitem, possibilitem, cada vez mais, a universalização do ensino. Que todos possam estudar. Eu falo aqui em meu nome, Ferronato, em nome do meu Partido, PSB, e em nome do nosso Ver. Paulinho Motorista. E aqui nós estamos discutindo sobre a formação de uma frente parlamentar, e nós vamos votar favoravelmente à frente. (Palmas.) E antecipo alguma coisa que já disse para muitos de vocês aqui na Câmara. Sou contrário à retirada do meio passe para o estudante, portanto voto favoravelmente agora e contrariamente depois. Voto pela manutenção desse meio passe, por uma questão muito simples que, aliás, eu estou aqui na Câmara desde 1989 – são quase 30 anos – e tenho falado isso há muito tempo. Eu sou natural do interior do Estado. Ninguém conhece a minha cidade, até acredito que não, Dr. Ricardo – um dos menores Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, meu querido Ver José Freitas. E lá nós estamos cercados de pequeníssimos Municípios. Faz mais de 15 anos que a prefeitura de lá e as prefeituras da região pagam, contratam, ônibus. E eles fazem o seguinte: vão à casa do estudante, de ônibus, de manhã, pegam o aluno de casa em casa, levam para a escola e, ao meio-dia, o mesmo ônibus passa lá, pega os alunos na escola e leva para as suas casas. É um dos menores municípios do Estado do Rio Grande do Sul, e a esmagadora maioria dos municípios gaúchos faz isso, dá o transporte escolar gratuito para os seus estudantes. E aqui em Porto Alegre nós temos o meio passe. Eu acredito que, se retirarmos o meio passe, estaremos dificultando muito as possibilidades da esmagadora maioria dos alunos da nossa Cidade, que, por uma questão ou outra, tem, sim, as suas carências. Portanto estaremos juntos.

E quero cumprimentar o Ver. André Carús pela formação, pela proposição desta frente parlamentar. Toda e qualquer modificação, manifestação, projeto que vem para a Casa nessa profundidade precisa, sim, um debate amplo de todos nós. Por isso, estamos aí para trazer um abraço e cumprimentá-los pela luta de vocês que, repito, é uma luta da cidade de Porto Alegre e é uma luta das nossas gerações futuras. Aquele abraço, obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Muito obrigado, Ver. Aírto Ferronato. O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 145/17.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, estudantes das galerias, quero manifestar aqui, em nome da Bancada do PTB, que nós apoiamos essa bela construção que o Presidente da Casa, Ver. Cassio Trogildo, do PTB; o Líder do Governo, Ver. Cláudio Janta, do Solidariedade; em conjunto com todos os Vereadores, fizeram. Nós apoiamos esse encaminhamento da criação da Comissão Especial para debater, com muita responsabilidade, muita seriedade, evitar que sejam perdidos direitos assegurados, e para isso é muito importante que os estudantes, através das suas entidades, que estão aqui mobilizando de forma pacífica, construtiva e positiva participem de todos esses fóruns. E o PTB também se coloca à disposição, todos os Vereadores, para participar das reuniões, encontros, audiências públicas, tudo que os estudantes precisarem para que esse debate ocorra da forma com que não se percam direitos, da forma com que os estudantes do Ensino Médio, os universitários, principalmente aqueles que mais precisam, não tenham seu direito retirado. Contem com o apoio do PTB, contem com o apoio desta Casa para que nós tenhamos um final que avance as garantias dos estudantes, que é importantíssimo para que vocês continuem tendo acesso à melhor educação. E, para isso, essa isenção do transporte coletivo tem que ser muito debatida de forma complexa para que os que mais precisam não tenham perdas.

Eu, como ex-presidente do Centro Acadêmico de Direito da PUC, como ex-presidente do Diretório Central de Estudantes da PUC e ex-presidente a União Estadual do Rio Grande do Sul, vou ficar atento e participando ativamente dessa Comissão. Muito obrigado e até o próximo encontro.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 145/17.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, como muitos que me antecederam aqui, eu comecei a minha vida cívica e também

política no movimento estudantil. Eu me lembro muito bem quando ia, à noite, para a faculdade, exausto, chegava a cochilar na aula de tão cansado que eu estava, e eu precisava do ônibus para chegar. Se não fosse o meio passe, talvez eu não tivesse conseguido, Sr. Presidente, de forma que essa discussão é importantíssima não só para a Cidade, como para o futuro dessa geração que está aqui agora, lutando para conquistar seu espaço diante do sol, como eu lutei pelo meu e como tantos de nós lutamos também.

Então, venho encaminhar em nome do meu partido, o PROS, o total apoio à criação desta Frente. (Palmas.) Como foi dito pelo Ver. Camozzato há pouco, até para garantirmos o direito dos estudantes de ir e vir, de estudar. Concordo com a Ver.^a Melchionna, o ser humano é um ser integral, e, aos domingos, ele também é estudante; aos sábados à noite, ele é estudante; indo tomar a sua cervejinha na Cidade Baixa, ele também é estudante. (Palmas.) Ele é estudante. Nós temos que entender a integralidade do ser humano, não existe humanismo se esse humanismo não for integral e entender o ser humano em todas as suas dimensões.

Então, nesse sentido, até para garantir esse direito, nós precisamos discutir as isenções em Porto Alegre. Foi dito aqui pelos meus antecessores que 38% dos passageiros não pagam. Ainda, segundo cálculos da EPTC, nós temos cerca de 20% de fraude. Então, o impacto no valor da passagem é quase 50%. Aliás, é mais de 50%. Então precisamos mesmo trazer essa discussão para a Casa e trazermos essa discussão para garantir os direitos de quem realmente tem direito, porque direito, Ver. Janta, os romanos já definiam, é aquilo que é devido a alguém. Então, nós temos que decidir, numa questão de justiça política aqui nesta Casa, o que é devido a quem. Será que todas as pessoas que têm gratuidade em Porto Alegre, a elas é devido essa gratuidade? Não sei. Temos que discutir. Mas eu afirmo aqui peremptoriamente: se a alguém é devido meia passagem, se alguém é merecedor desse direito, se alguém é detentor desse direito, esses são os estudantes de Porto Alegre. E nós vamos lutar com todas as nossas armas para que essa geração, que enfrenta tantos desafios, não tenha que enfrentar mais este, que é a grande dificuldade de se locomover para buscar sua educação, cultura, seu esporte e lazer. Vocês podem contar comigo. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 145/17.

O SR. CASSIÁ CARPES: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, quero ser breve porque vocês estão loucos para ver essa vitória que aqui vai se consolidar. Quem de nós não foi estudante? Que fase maravilhosa e importante da vida! Quero salientar aqui a educação de vocês. É assim que se faz política, é assim que se luta pelas reivindicações, cantando seu hino, seus refrões, mas escutando com educação. Isso é muito importante para nós. Por isso a nossa Bancada do PP, eu, a Ver.^a Mônica, nossa líder, João Carlos Nedel e Matheus Ayres, entendemos que nesse momento temos que estar ao lado de vocês para que possamos ajudar a construir o

futuro desta Nação. Quero deixar uma mensagem muito importante neste momento. Nós, aqui, estamos do lado de vocês, maciçamente, tenho certeza, pertencemos a um partido político porque a lei nos obriga a concorrer por um partido político. Mas a idade de vocês requer muitos cuidados. Muito cuidado com quem andam. Muito cuidado com quem vocês querem e o que vocês querem para o futuro. Quero dizer que a escola me possibilitou ser um vencedor. O maior orgulho que eu tinha é quando eu colocava meu tênis e ia para grandes jogos, os jogos da primavera, na minha cidade, São Borja, defender a minha escola. Quando eu trabalhava noutra empresa, eles queriam que eu jogasse lá; eu não. Eu queria jogar na escola. A escola me representava. É na escola que nós queremos crescer, pois ela nos valorizará. Lutem pelos seus direitos, sem destruir nada, lutem com a capacidade de argumentação, de persuasão, porque esta Casa é do povo e vocês devem usá-la com educação, como estão fazendo. Nós vamos votar para que esta Frente seja composta porque é necessário, porque entendemos que esta é uma parte importante da vida dos brasileiros, a nossa juventude. Parabéns a todos vocês. Contem com a nossa bancada, contem com esta Câmara para que nós possamos discutir isso que é de direito de vocês e que vai formar o futuro de vocês. Parabéns a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 145/17.

O SR. MAURO PINHEIRO: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; estudantes nas galerias, sejam todos bem-vindos à Câmara Municipal de Porto Alegre. No primeiro momento, quero cumprimentar o Ver. André Carús pela iniciativa da Frente Parlamentar, porque tenho certeza de que somente com o bom debate é que nós, juntos, vamos buscar uma solução, Ver. José Freitas.

O sistema de transporte público na cidade de Porto Alegre – e não só em Porto Alegre, mas no Brasil, ele está totalmente falido, Ver. Cláudio Janta, e só há um jeito de buscarmos a solução para este problema: é com o bom debate, com a boa discussão, para que a gente possa buscar uma solução em conjunto.

Há muitos anos o transporte público – e principalmente aqui na cidade de Porto Alegre onde eu conheço bem e todos nós conhecemos –, ele vem com uma série de distorções, equívocos e com falhas na sua gestão, Ver. Adeli Sell, onde um sistema que foi empregado já está totalmente ultrapassado. No sistema de transporte público em Porto Alegre, a regra é uma regra em que ao empresário, ao gestor, não interessa qual o número de passageiros que andam, ele sempre vai ter um lucro, e este lucro é gerido por um acordo junto com a Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

Há muitos anos, há décadas, é assim. Então, se diminui o número de passageiros e se aumenta o valor da passagem para que o lucro não diminua. Se há falhas na gestão e se há fraudes no sistema de transporte, não é o estudante que vai ser responsabilizado por isso; não é o usuário do transporte que tem que ser responsabilizado pela fraude que existe hoje no sistema de transporte público. Então,

não é o aluno, não é o estudante, não é o usuário, aqueles que mais precisam do transporte público, que deveria ser bem gerido e dessa forma, então, ter um bom transporte público. Nós hoje não temos um bom transporte público e temos um transporte muito caro na cidade de Porto Alegre, e não é agora o estudante que vai pagar esta conta. Portanto, sou totalmente favorável à Frente Parlamentar, sou favorável à Comissão Especial para se discutir o transporte público, para que, com este bom debate, consigamos buscar uma saída para o transporte público, e que não seja o estudante que vá pagar essa conta que vem errada há muitos anos.

Portanto, um bom debate é o que nós sugerimos. Estamos parabenizando o Ver. André Carús, proponente da Frente Parlamentar, e também o Ver. Cláudio Janta, proponente da comissão especial para que possamos fazer um debate com os usuários, com os estudantes, com a sociedade em geral, como a Câmara de Vereadores para, juntos, buscarmos uma saída para o transporte público na cidade de Porto Alegre e não a penalização daqueles que mais precisam de transporte. Contem com este Vereador, muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 145/17.

O SR. DR. THIAGO: Caro Presidente e estudantes que nos visitam na tarde de hoje, eu, Ver. André Carús, venho a esta tribuna efetivamente para prestar a minha solidariedade e apoio a essa Frente criada. Há uma necessidade, sim, de se discutir a questão das isenções do transporte coletivo, mas nós precisamos ter algumas premissas e algumas prioridades. E educação e ensino têm que ser prioridade máxima. Então, apoiamos essa iniciativa, Ver. André Carús, entendemos que precisamos, sim, discutir uma forma para que os nossos estudantes possam continuar frequentando as suas escolas, os seus cursos de capacitação, os seus cursos técnicos, as suas universidades, porque, efetivamente, só assim vamos poder ter um país melhor, um país mais instruído, um país mais capacitado para o mundo tecnológico em que nós vivemos. Parabéns pela iniciativa. Estaremos juntos priorizando, sem dúvida nenhuma, a manutenção dos direitos. Direitos conquistados, manutenção necessária! Parabéns pela mobilização de vocês! Parabéns por essa grande construção que a Câmara, sem dúvida nenhuma, poderá fazer a partir dessa temática. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Valter Nagelstein): Eu quero cumprimentar o Ver. André Carús e todos os Vereadores que assinaram a criação da Frente Parlamentar e saudar mais uma vez a presença e a mobilização de todos vocês aqui na Câmara de Vereadores. E, dito isso, eu tenho certeza de que para todos nós o que se investe em educação não é gasto, é investimento.

Em votação nominal, solicitada por vários Vereadores, o Requerimento nº 145/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 30 votos **SIM**.

Aprego o PR nº 033/17, de autoria do Aldacir Oliboni, que concede o Diploma de Honra ao Mérito à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pelo trabalho realizado pelo seu Instituto de Geriatria e Gerontologia.

Está encerrada a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h55min.)

* * * * *